





CONTRATO PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ, O MUNICÍPIO DE CURITIBA E A COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR.

Conforme autorização firmada no Convênio de Cooperação assinado em 05 / 06 / 18, pelo presente instrumento, o **ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa no Palácio Iguaçu, Praça Nossa Senhora da Salette, s/n, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.416.940/0001-28, neste ato representado pelo Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná Senhor Antonio Carlos Bonetti, conforme autorizado pela Lei 8.485/1987, doravante denominado **ESTADO**, o **MUNICÍPIO DE CURITIBA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa no endereço sito na Avenida Cândido de Abreu, 817, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.417.005.0001-86, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, Rafael Valdomiro Greca de Macedo, doravante denominado **MUNICÍPIO** e a **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ– SANEPAR**, sociedade de economia mista sob controle do Estado do Paraná, constituída pela Lei Estadual 4.684, de 23 de janeiro de 1963 e alterações, com sede em Curitiba, na Rua Engenheiros Rebouças, 1376, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.484.013/0001-45, neste ato representado por seu Diretor-Presidente Ricardo José Soavinski e pelo Diretor Comercial Antonio Carlos Salles Belinati, doravante denominada **CONTRATADA**; resolvem celebrar **CONTRATO DE PROGRAMA** para prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, no âmbito do território do **MUNICÍPIO**, **no regime de prestação regionalizada**, o qual se regerá pela legislação pertinente, em especial pelo art. 241 da Constituição Federal, art 256 da Constituição do Estado do Paraná, art. 13 da Lei Federal 11.107, de 6 de abril de 2005, art. 24, XXVI da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007, Decreto Federal 7.217, de 22 de junho de 2010, pela Lei Estadual 4.684, de 23 de janeiro de 1963, alterada pelas Leis 4.878, de 19 de junho de 1964 e 12.403, de 30 de dezembro de 1998, pela Lei Complementar Estadual 94, de 23 de julho de 2002, pelo Decreto Municipal 1.994, de 10/11/2017 e Lei Municipal 15.220/2018, de 23/05/2018, Resolução Homologatória 005, de 28 de março de 2018 da AGEPAR, pelos Decretos Estaduais 3.926, de 17 de outubro de 1988 e alterações e 2.460, de 8 de janeiro de 2004 ou outro dispositivo que venha ou outros dispositivos editados por autoridade competente que venha substituí-los, sucedê-los ou complementá-los e pelas condições a seguir estipuladas:



DO OBJETO E ÁREA DE ATUAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto deste contrato a exploração dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO no limite territorial do MUNICÍPIO, compreendendo a captação, adução, produção de água para abastecimento, sua distribuição, operação, conservação, manutenção de redes, incluindo as ligações prediais e os instrumentos de medição, a coleta, remoção, tratamento e destinação final de esgotos, observado o regime de prestação regionalizada previsto na legislação estadual (atualmente art. 36B da Lei Complementar Estadual 94/2002) e o que dispõe a Lei Complementar nº 14, de 08 de junho de 1973, que estabelece que o saneamento básico é serviço de interesse metropolitano ou comum dos Entes Contratantes, que por este instrumento compartilham a sua gestão e titularidade.

§1º - Os serviços objeto deste contrato serão prestados exclusivamente pela CONTRATADA, nas áreas afetas à exploração, mediante a cobrança de tarifa diretamente dos usuários do serviço, na forma estabelecida na lei e neste contrato.

§2º - A delegação a que se refere esta cláusula abrange toda a área do MUNICÍPIO, em regime de exclusividade, podendo ser alterada, de comum acordo entre as partes, mediante revisão e aditivo contratual, preservado o equilíbrio econômico e financeiro da prestação dos serviços.

§3º - Por se tratar de área de Região Metropolitana instituída pela Lei Complementar nº 14, de 08 de junho de 1973, a gestão associada prevista no “caput” deverá levar em consideração o compartilhamento de gestão dos serviços de água e esgoto sempre que estiverem envolvidos interesses dos demais Municípios integrantes da Região Metropolitana, conforme orientação do órgão estadual responsável, sendo que a prestação dos serviços será de forma unificada ou regional pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, conforme previsão contida nos artigos 36A e 36B da Lei Complementar Estadual 94/2002.

§4º - A prestação regionalizada é entendida nos termos constantes do art. 3º da Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, como aquela em que um único prestador atende a dois ou mais titulares.

§5º - Conforme disposto no Plano Municipal de Saneamento Básico e §3º desta Cláusula, a **CONTRATADA** deverá envidar esforços para prever e garantir a preservação de áreas de reserva potencial para captação de água, visando o abastecimento futuro das atuais e novas gerações do **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA SEGUNDA: A CONTRATADA poderá realizar os serviços de que trata o presente contrato, diretamente ou através de terceiros autorizados por ela, entidades públicas ou privadas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Inclui-se nos contratos com terceiros as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, em conformidade com o previsto na legislação correlata.



CLÁUSULA TERCEIRA: Para um perfeito desempenho do encargo aqui assumido, compete a CONTRATADA, com exclusividade, diretamente, ou mediante contrato com entidade especializada:

- a) estudar, projetar e executar as obras relativas à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários;
- b) atuar como órgão coordenador, executor ou fiscalizador de execução dos convênios ou contratos celebrados para fins do item “a”;
- c) operar, manter, conservar e explorar os serviços de água potável e de esgotos sanitários;
- d) cumprir as metas estabelecidas no Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, no que couber.

DO PRAZO

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de vigência deste contrato é de trinta (30) anos a contar da data da sua assinatura, prorrogável por até igual período, a critério dos Chefes do Poder Executivo Estadual e Municipal, mediante termo aditivo, conforme art. 3º da Lei Municipal 15.220/2018, de 23/05/2018.

DOS OBJETIVOS E METAS

CLÁUSULA QUINTA: Na parte relativa ao objeto e área de atuação deste Contrato, a CONTRATADA deverá observar os objetivos e metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e suas revisões e que passam também a fazer parte deste Contrato, sendo que o referido plano deve ser compatível com o planejamento estadual para o saneamento básico, em especial com relação ao plano de gestão da SANEPAR (Planejamento Estratégico) e Lei Complementar Estadual 94/2002, sendo que as metas são as seguintes:

- Manter o índice de Atendimento por Rede de Abastecimento de Água - IARDA em cem por cento (100%), da população do MUNICÍPIO, durante toda a vigência do Contrato.
- Cumprir as Metas para o Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto - IARCE, conforme previsto do PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico, durante toda a vigência do contrato.
- Tomar as providências dentro de sua área de atuação para dar cumprimento as Metas do Índice de Regularidade das Ligações Prediais de Esgotamento Sanitário - IRLE, conforme previsto do PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico, durante toda a vigência do contrato.



- Tomar as providências dentro de sua área de atuação para dar cumprimento as Metas do Índice de Coleta de Esgotamento Sanitário Público - ICES, conforme previsto do PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico, durante toda a vigência do contrato.
- Cumprir as Metas para readequação da RCE na área central de Curitiba, conforme previsto do PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico, durante toda a vigência do contrato.

§1º - Para o cálculo do alcance das metas acima referidas serão utilizados os dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do SGC – Sistema de Gerenciamento Comercial da Sanepar e demais sistemas de gerenciamento corporativo do MUNICÍPIO e da CONTRATADA.

§2º - A **CONTRATADA** responsabiliza-se por negociar com os órgãos competentes a contratação de financiamentos necessários à execução das obras e serviços de abastecimento de água e de coleta de esgotos sanitários, mediante anuência do Chefe do Poder Executivo municipal.

§3º - O atraso, problemas na liberação dos recursos, das licenças e outorgas ou, ainda, problemas na contratação de serviços (e.g. licitações), poderão, excepcionalmente, comprometer o atendimento das metas previstas nesta cláusula e, desde que devidamente justificado pela CONTRATADA e com o conhecimento da ENTIDADE REGULADORA, não poderá ser caracterizado como inadimplemento do contrato para efeito de extinção.

§4º - Quando verificada alguma das condições previstas no §3º desta cláusula, o plano de metas poderá ser revisto pelas partes contratantes, desde que o desatendimento das metas não seja responsabilidade exclusiva da contratada.

§5º - Toda e qualquer revisão e ajuste das metas iniciais dos serviços de saneamento básico poderá ensejar alterações no Contrato de Programa, desde que comprovada a necessidade de assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da sua prestação e a articulação e adequação com o planejamento e com as metas de âmbito regional ou estadual.

§6º - As Metas e Prazos dos Serviços, constantes do Plano Municipal de Saneamento Básico, serão revisados a cada quatro (4) anos, concomitantemente, à revisão do Plano de Saneamento, sendo observado o prazo máximo de 06 (seis) meses para formalização de termo aditivo após a entrada em vigor do PMSB revisado, quando necessário, assegurado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos vigentes e a exequibilidade dos serviços.

§7º - A prestação dos serviços ainda deverá levar em consideração o planejamento integrado da Região Metropolitana a ser elaborado e aprovado pelo órgão estadual competente, o qual deverá levar em consideração os planos municipais de saneamento básico de forma a compartilhar os interesses dos Municípios, sendo cada qual responsável perante a contratada pelos serviços utilizados, no que se refere ao planejamento dos serviços de água e esgoto prestados pela Companhia de Saneamento



do Paraná de forma unificada, assegurado o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos vigentes e a exequibilidade dos serviços.

DO PLANO DE GESTÃO

CLÁUSULA SEXTA: Os investimentos necessários ao alcance do estabelecido nos objetivos e metas previsto no Plano Municipal de Saneamento Básico, assim como as prioridades de ação para o alcance destas metas deverão ser previstas no Plano de Gestão (Planejamento Estratégico) elaborado pela CONTRATADA, o qual também será revisado no mínimo a cada quatro (4) anos, com conhecimento do ESTADO, do MUNICÍPIO e da ENTIDADE REGULADORA, nos termos do Convênio de Cooperação.

§1º - A CONTRATADA elaborará os relatórios anuais de desempenho com as metas, resultados e demonstrações financeiras do MUNICÍPIO, apartadas do consolidado estadual, dentro dos padrões de contabilidade exigíveis, sintéticos e analíticos, relativas à execução do contrato e a prestação das contas e dos investimentos efetuados no ano anterior, que serão entregues ao MUNICÍPIO e à ENTIDADE REGULADORA e, de forma resumida, estarão disponíveis na rede mundial de computadores – internet.

§2º - Os relatórios deverão ser apresentados até 30 dias após a divulgação oficial pela CONTRATADA, ou a qualquer tempo, por solicitação do **MUNICÍPIO**.

§3º - A CONTRATADA, nos projetos de implantação, ampliação e/ou recuperação de sistemas, deverá zelar pela boa condição de saúde da população.

DOS BENS E DIREITOS

CLÁUSULA SÉTIMA: O sistema objeto de exploração na forma deste contrato será integrado pelos bens e direitos que lhe estão afetos, considerados como necessários e vinculados à adequada execução dos serviços de água e esgoto.

§1º - Integrarão também o sistema todos os bens e direitos que venham a ser adquiridos ou construídos pela CONTRATADA ao longo do período de vigência do contrato, necessários e vinculados à execução adequada dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, os quais deverão estar devidamente registrados na contabilidade da CONTRATADA, de modo a permitir sua fácil identificação.

§2º - O acervo constituído pelos bens e direitos vinculados aos serviços existentes e registrados no ativo intangível da CONTRATADA até a data da assinatura deste contrato, previstos no Anexo I, serão revertidos ao patrimônio do MUNICÍPIO na extinção deste contrato, observando-se o disposto na Cláusula Trinta e Dois deste Contrato.

§3º - O valor do ativo intangível e dos financiamentos e empréstimos registrados na contabilidade da CONTRATADA referentes ao período em que o serviço foi prestado com base na Lei Municipal nº 6.388/1982, inclusive do Contrato de Concessão 13.543/2001, de 06 de dezembro de 2001, consta do Anexo II, passando a integrar este

Contrato para efeito de amortização, depreciação e indenização futura, nos termos do art. 3º da Lei Municipal 15.220/2018, de 23/05/2018.

§4º - A **CONTRATADA** deverá manter atualizados os dados constantes dos Anexos I e II, apresentando-os ao **MUNICÍPIO** até o último dia útil do mês de março de cada ano, ou a qualquer tempo por solicitação deste.

§5º - Ressalvado o acordado em contratos atualmente vigentes, os bens vinculados à prestação dos serviços objeto deste Contrato de Programa não podem ser removidos, alienados, dados em garantia ou utilizados para qualquer outro fim, exceto para sua substituição devido ao desgaste natural de sua utilização, para sua modernização tecnológica ou para atender ao Plano Municipal de Saneamento Básico, desde que expressamente autorizado pelo **MUNICÍPIO**, dispensando-se tal autorização quando o credor manifestar expressamente ter ciência do disposto no presente contrato.

§6º - Na extinção do contrato de programa, os bens reversíveis referidos no §2º desta cláusula, desde que já tenham sido amortizados, remunerados e/ou depreciados na vigência do contrato, reverterão sem ônus para o **MUNICÍPIO**, comprovada a inexistência de valor residual.

CLÁUSULA OITAVA: A **CONTRATADA** poderá instaurar os procedimentos necessários a promover, na forma da legislação vigente, desapropriação por utilidade pública, estabelecer servidão de bens ou direitos, propor limitações administrativas e ocupar provisoriamente bens imóveis necessários à operação e expansão dos seus serviços no **MUNICÍPIO**, respondendo pelas indenizações cabíveis.

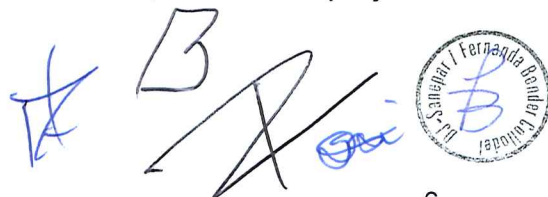
§1º - Por acordo, o **MUNICÍPIO** poderá assumir o ônus da indenização prevista no “caput”.

§2º - O Poder Executivo municipal, mediante solicitação fundamentada da **CONTRATADA**, declarará previamente através de Decreto, a utilidade pública, para fins de desapropriação ou de instituição de servidão administrativa, dos bens imóveis ou direitos necessários à implantação ou ampliação dos sistemas de água e de esgotos, de acordo com os projetos aprovados pelas entidades competentes de que trata esta cláusula.

§3º - Caso o Poder Executivo municipal se recuse ou se omita com relação à obrigação contida no parágrafo anterior, a utilidade pública nele referida poderá ser decretada pelo Chefe do Poder Executivo estadual.

§4º - Para a realização dos serviços prestados com base neste contrato, fica a **CONTRATADA** autorizada a utilizar os terrenos de domínio público municipal e neles estabelecer servidões através de estradas, caminhos e vias públicas, na forma da lei específica, não pagando retribuição pelo uso do espaço público a esta finalidade destinada.

CLÁUSULA NONA: Durante o prazo da delegação e na sua área de abrangência, o parcelamento do solo sob a forma de loteamento ou desmembramento, ou a criação de condomínios, somente serão autorizados pelo Poder Executivo, desde que incluam as redes de água e esgotos executadas pelos empreendedores, com os projetos previamente aprovados pela **CONTRATADA**.

The block contains several handwritten signatures in blue ink. To the right, there is a circular official stamp of the "Município de Fátima" (Municipality of Fátima), with the name "Fernanda de M..." partially visible. The stamp includes the text "Município de Fátima" and "Assessoria Jurídica".

PARÁGRAFO ÚNICO - O proprietário do parcelamento do solo urbano em quaisquer de suas formas, transferirá sem nenhum ônus à CONTRATADA, as redes de água e de esgotos implantadas nos empreendimentos, bens estes não indenizáveis pelo MUNICÍPIO, quando da reversão do patrimônio.

DO SERVIÇO PÚBLICO ADEQUADO

CLÁUSULA DEZ: A CONTRATADA, durante todo o prazo da vigência da contratação, deverá prestar os serviços de água e esgotos de acordo com o disposto neste instrumento, visando o satisfatório atendimento dos usuários.

§1º - Para os efeitos do que estabelece esta cláusula e sem prejuízo do disposto no Convênio de Cooperação e nos decretos estaduais que disciplinam a prestação dos serviços de água e esgotos, serviço adequado é o que, gradualmente, considerando a capacidade de pagamento dos usuários, buscará atingir condições efetivas de regularidade, continuidade, segurança, atualidade, universalidade e cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas cobradas dos seus usuários.

§2º - Ainda para os fins previstos no parágrafo anterior, considera-se:

- a) **regularidade e eficiência:** a prestação dos serviços contratados nas condições estabelecidas neste contrato e na legislação que disciplina o setor de saneamento básico e os contratos de programa e em outras normas técnicas em vigor;
- b) **continuidade:** a manutenção, em caráter permanente e ininterrupto, da prestação dos serviços contratados para o conjunto da população das áreas atendidas no território do MUNICÍPIO, observados os termos da legislação e deste contrato, ressalvada a adoção de regime de racionamento decorrente de escassez dos recursos hídricos ou de sua inadequada qualidade, bem como as possibilidades de interrupção do serviço em casos individuais previstos na lei e no contrato;
- c) **segurança:** a execução dos serviços contratados de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios estabelecidos no Regulamento dos Serviços Prestados pela SANEPAR (Decreto Estadual 3.926/1988 ou outro dispositivo que venha a substituí-lo), que assegurem a segurança e a saúde dos usuários, da comunidade e do meio ambiente;
- d) **atualidade:** modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e expansão dos serviços contratados na medida da necessidade dos usuários e da capacidade de investimento e pagamento dos usuários, visando cumprir plenamente com os objetivos e metas deste contrato, sempre preservado o seu equilíbrio econômico e financeiro;



- e) **universalidade:** compreende a generalidade da prestação dos serviços, ou seja, assegurando o direito de acesso aos serviços contratados a todos os tipos e categorias de usuários estabelecidos nas áreas abrangidas pelo contrato, observadas as metas previstas na Cláusula Quinta;
- f) **cortesia na prestação dos serviços:** tratamento aos usuários com civilidade e urbanidade, assegurando o amplo acesso para a apresentação de reclamações e sugestões para a CONTRATADA;
- g) **modicidade das tarifas:** a justa correlação entre os encargos decorrentes da prestação dos serviços, a remuneração da CONTRATADA, e a contraprestação pecuniária paga pelos usuários, através das tarifas e preços dos serviços.

§3º - Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção pela CONTRATADA em situação de emergência que atinja a segurança de pessoas e bens ou por razões de ordem técnica nas seguintes hipóteses:

I – inadimplemento do usuário no pagamento das tarifas, após prévio aviso, sujeitando-se o inadimplente às sanções previstas no Regulamento dos Serviços Prestados pela SANEPAR (Decreto Estadual 3.926/1988) ou em outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-lo, sucedê-lo ou complementá-lo.

II – negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de medição de água consumida, inclusive nos casos de fonte alternativa, após ter sido previamente notificado a respeito;

III – necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

IV – manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação da CONTRATADA por parte do usuário ou dentro de seu imóvel;

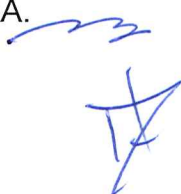
V – instalação de qualquer dispositivo na rede pública que vai até o cavalete, inclusive, após ter sido notificado para retirá-lo;

VI – eventos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fato da Administração, plenamente justificados e comunicados à ENTIDADE REGULADORA.

VII – declaração de regime de escassez, suspensão, restrição de uso ou racionamento de recursos hídricos, decorrentes de insuficiência de quantidade ou de qualidade destes, pela autoridade gestora dos recursos hídricos;

VIII – as demais situações previstas no título VI do Decreto Estadual 3.926/1988 ou em outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-lo, sucedê-lo ou complementá-lo, não contempladas neste parágrafo.

§4º - As interrupções programadas deverão ser precedidas de divulgação aos usuários e de comunicação para a ENTIDADE REGULADORA.



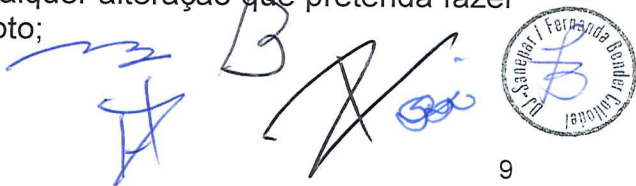
§5º - A CONTRATADA passará a prestar os serviços contratados assim que as instalações do usuário estiverem em conformidade com as normas estabelecidas pelas autoridades competentes, desde que já exista rede disponível no local e sem prejuízo do contido no §1º da Cláusula Vinte e Cinco.

§6º - A CONTRATADA exigirá que os usuários geradores de esgotos não domésticos adequem os parâmetros dos efluentes antes dos lançamentos na rede coletora, conforme normas vigentes, sob pena de multa e obstrução imediata de eventual lançamento detectado.

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

CLÁUSULA ONZE: Além do que prevê a legislação, são direitos e deveres dos usuários, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável:

- I – receber os serviços em condições adequadas e, em contrapartida, pagar pontualmente as respectivas tarifas;
- II – receber do MUNICÍPIO, do ESTADO, da CONTRATADA, e da ENTIDADE REGULADORA todas as informações relativas ao seu cadastro, necessárias para a defesa dos interesses individuais ou coletivos;
- III – levar ao conhecimento da ENTIDADE REGULADORA, do MUNICÍPIO ou da CONTRATADA as irregularidades das quais venham a ter conhecimento, referentes à prestação dos serviços objeto deste contrato;
- IV – comunicar a ENTIDADE REGULADORA ou ao MUNICÍPIO os atos ilícitos ou irregulares porventura praticados pela CONTRATADA ou seus prepostos na execução do objeto deste contrato;
- V – contribuir para a permanência das boas condições dos sistemas e dos bens públicos, por intermédio dos quais são prestados os serviços contratados e os serviços adicionais;
- VI – cumprir o Regulamento dos Serviços Prestados pela SANEPAR (atual Decreto Estadual 3926/88) ou documento equivalente, demais decretos e normas editados pela ENTIDADE REGULADORA e pela CONTRATADA, bem como a legislação que disciplina a matéria;
- VII – pagar com pontualidade os valores decorrentes da prestação dos serviços contratados, bem como pagar as penalidades legais em caso de inadimplemento, inclusive as decorrentes de interrupção;
- VIII – responder, na forma da lei, perante a CONTRATADA, pelos danos materiais ou pessoais causados em decorrência da má utilização de suas instalações e de bens da CONTRATADA;
- IX – solicitar e comunicar à CONTRATADA sobre qualquer alteração que pretenda fazer no ponto de entrega da água ou no de coleta de esgoto;

The bottom right of the page contains several handwritten signatures in blue ink. To the right of the signatures is a circular official stamp. The stamp contains the text "SANEPAR" at the top, "FERNANDA BONDARI" in the center, and "Assessoria Jurídica" at the bottom. The number "9" is printed at the bottom right of the page.

X – autorizar a entrada de prepostos da CONTRATADA, devidamente credenciados, nos imóveis que estejam ocupando para que possam ser executados os serviços contratados, podendo estes prepostos, inclusive, instalar os equipamentos necessários à sua regular prestação ou efetuar a leitura e medição;

XI – manter as instalações internas de sua responsabilidade, tais como caixa de água, tubulações e conexões, dentre outras, sempre limpas e em condições de conservação e higiene adequadas, estabelecidas pelas autoridades competentes.

XXII – averiguar qualquer vazamento de água existente nas instalações internas, reparando-as imediatamente e responsabilizando-se pelo consumo apurado no medidor.

XXIII – Responsabilizar-se pela guarda e conservação dos equipamentos relativos a ligação predial de água e/ou esgotos, inclusive em casos de furto, perda ou danos.

DAS TARIFAS

CLÁUSULA DOZE: A tarifa que irá remunerar a CONTRATADA e a política tarifária que se aplicará à prestação dos serviços contratados será uniforme em todo o Estado do Paraná, baseada nos custos de todo o Estado visando o subsídio cruzado entre os sistemas, e a devida remuneração do capital investido pela CONTRATADA, os custos de operação e de manutenção, as quotas de depreciação, provisão para devedores, amortizações de despesas, o melhoramento da qualidade do serviço prestado, a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de programa e a geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos dos serviços.

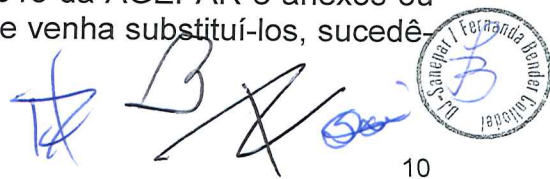
§1º - A tarifa dos serviços prestados pela CONTRATADA, bem como seus reajustes, revisão ou modificação será fixada nos termos do art. 36C da Lei Complementar Estadual 94/2002 e alterações.

§2º - O cálculo do valor das tarifas terá por base os custos dos serviços, investimentos e demais dados informados e fornecidos pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, devidamente aprovados pelo seu Conselho de Administração, e encaminhados para a apreciação da entidade reguladora estadual competente, nos termos da Lei Complementar 94/2002.

§3º - O Reajuste das tarifas será anual, sempre com intervalo mínimo de doze (12) meses e observado o que consta do §5º.

§4º - A revisão das tarifas poderá ser periódica ou extraordinária, sempre que se verificar a ocorrência de fato superveniente extraordinário não previsto no contrato, fora do controle da CONTRATADA, que venha a provocar o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

§5º - Para cobrança da tarifa dos serviços adota-se a estrutura tarifária e a tabela de prestação de serviços vigentes, conforme Decretos Estaduais 3.926/1988 e 2.460/2004 e Resolução Homologatória nº 005, de 28 de março de 2018 da AGEPAR e anexos ou outros dispositivos editados por autoridade competente que venha substituí-los, sucedê-los ou complementá-los.



§6º - Para a garantia do estabelecido nesta cláusula, adotar-se-á um índice de reajuste de preços que reflita a recomposição inflacionaria dos preços dos serviços prestados pela CONTRATADA, devidamente demonstrado na planilha de custos dos serviços que a CONTRATADA deve encaminhar para a apreciação da entidade reguladora estadual competente, nos termos da legislação correlata.

§7º - Os serviços adicionais e os serviços específicos vinculados à prestação dos serviços contratados serão remunerados de acordo com a Tabela de Preços de Serviços da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, fixada nos termos dos artigos 59 e 60 do Decreto Estadual 3.926/1988 ou outro dispositivo ou ato regulatório que venha a substituí-los, complementá-los ou alterá-los.

§8º - Os serviços adicionais consistem de serviço auxiliar, complementar e/ou correlato aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, compreendendo as atividades de corte, religação, expedição da segunda via de conta, entre outras;

§9º - As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões ser tornados públicos com antecedência mínima de trinta (30) dias com relação à sua aplicação.

CLÁUSULA TREZE: As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários (categorias e economias), bem como no estabelecimento de faixas progressivas de consumo (tarifa progressiva), nos termos dos Decretos Estaduais 3.926/1988 e Resolução Homologatória nº 005, de 28 de março de 2018 da AGEPAR ou de outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-los, sucedê-los ou complementá-los.

§1º - Para as tarifas de água, de esgotos e de serviços, permanecem em vigor os preços, inclusive o percentual considerado para o cálculo da tarifa de esgoto, constantes da tabela de preços anexa à Resolução Homologatória nº 005, de 28 de março de 2018 da AGEPAR ou outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-lo, sucedê-lo ou complementá-lo.

§2º - A tarifa mínima será de acordo com os critérios fixados na Resolução Homologatória nº 005, de 28 de março de 2018 da AGEPAR.

§3º - A tarifa de esgotos será fixada com base em percentual da tarifa de água, este estabelecido pela ENTIDADE REGULADORA no mesmo instrumento em que é fixado o valor das tarifas e deverá ter como referência o percentual mínimo considerado para este cálculo estabelecido na Resolução Homologatória nº 005, de 28 de março de 2018 da AGEPAR.

§4º - A CONTRATADA praticará tarifa diferenciada para a população de baixa renda concedendo descontos sobre a tarifa normal, com base nos critérios para a caracterização de famílias de baixa renda definidos no Decreto Estadual 2.460/2004 ou em outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-lo, sucedê-lo ou complementá-lo.

§5º - Em situação crítica de escassez motivada por estiagem, contaminação de recursos hídricos ou outro fato extraordinário que obrigue a adoção de racionamento ou redução

de produção a níveis não compatíveis com o sistema, além das medidas previstas no Decreto Estadual 3.926/1988 e demais normas regulamentadoras, poderá ser adotada tarifa especial de contingência, com o objetivo de restringir o consumo e cobrir eventuais custos adicionais decorrentes delas, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços.

§6º - O consumo verificado nas ligações de instalações públicas municipais será tarifado com bonificação de cinquenta por cento (50%) sobre a tarifa normal, conforme regulamentação prevista em contrato especial de consumo a ser firmado com a CONTRATADA, no qual, para fins de evitar desperdício de água, haverá expressa previsão de que a bonificação está limitada a média de consumo mensal do MUNICÍPIO, sendo o volume excedente faturado pela tabela normal de tarifa, bem como que a inadimplência de três (3) referências (meses), consecutivas ou não, acarretará na suspensão do benefício, passando as contas a terem seu valor normal.

§7º - Cessada a inadimplência a que se refere o §6º desta Cláusula, a bonificação será restabelecida.

§8º - O MUNICÍPIO deverá prever em seu orçamento os pagamentos das tarifas devidas por seus entes, banheiros, hidrantes, fontes, torneiras públicas e ramais de esgotos sanitários utilizados ou de sua responsabilidade.

§9º - O MUNICÍPIO é responsável pelo pagamento da tarifa relativa ao consumo registrado nos hidrantes localizados em área pública, a qual será faturada nos mesmos termos do §6º desta Cláusula.

CLÁUSULA QUATORZE: É vedado à CONTRATADA conceder isenção de tarifas e custo de seus serviços.

CLÁUSULA QUINZE - A CONTRATADA terá o direito de auferir a receita decorrente da prestação dos serviços específicos vinculados à prestação dos serviços contratados, conforme tabela de preços referida no §12º da Cláusula Doze deste contrato

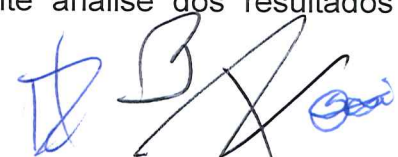

OUTROS SERVIÇOS ESPECÍFICOS

CLÁUSULA DEZESSEIS: A CONTRATADA poderá prestar outros serviços específicos na área territorial do MUNICÍPIO, cujas condições de prestação dos serviços serão disciplinadas em termo aditivo ao presente contrato.

§1º - A CONTRATADA terá o direito de auferir diretamente a receita decorrente da prestação dos serviços específicos, conforme preços previstos na tabela de preços mencionada no §12º da Cláusula Doze deste contrato.

§2º - Os valores dos preços dos serviços específicos serão reajustados de acordo com o que dispuserem as normas legais, contratuais e regulamentares aplicáveis.

§3º - A CONTRATADA deverá manter escrituração contábil que permita ao MUNICÍPIO e a ENTIDADE REGULADORA a efetiva e permanente análise dos resultados da exploração dos serviços específicos.



DO SISTEMA DE COBRANÇA

CLÁUSULA DEZESSETE: As tarifas dos serviços prestados pela CONTRATADA serão cobradas diretamente dos usuários atendidos numa única conta/fatura emitida pela SANEPAR.

§1º - A CONTRATADA efetuará as medições dos consumos de água ou, para os casos de não-hidrometração, estimará os consumos e emitirá, com base em medições ou estimativas, a cobrança dos valores devidos aos respectivos usuários, nos termos dos parâmetros estabelecidos no Regulamento dos Serviços Prestados pela CONTRATADA (atual Decreto Estadual 3926/88) ou em ou outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-lo, sucedê-lo ou complementá-lo e na legislação em vigor.

§2º - Serão também lançados nas contas de consumo dos usuários, quando for o caso, os valores correspondentes às multas e serviços específicos à prestação dos serviços contratados e executados.

§3º - A CONTRATADA poderá contratar outra(s) empresa(s) ou pessoa(s) física(s), instituição financeira ou não, para funcionar(em) como agente(s) arrecadador(es) das contas mencionadas nesta cláusula e no contrato.

§4º - A CONTRATADA, na forma da legislação aplicável, poderá incluir na conta dos serviços prestados valores relacionados a outros serviços públicos prestados por terceiros aos seus usuários ou contribuintes no caso de Municípios, desde que disponibilize aos usuários ou contribuintes a possibilidade de retirar a cobrança quando solicitado, nos termos das legislações afins.

§5º - A responsabilidade pelas dívidas decorrentes dos serviços prestados pela SANEPAR é do proprietário do imóvel matriculado junto a SANEPAR, em especial quando não houver pagamento por parte de inquilinos.

DOS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS E OBRAS EXECUTADAS

CLÁUSULA DEZOITO: Sem prejuízo das responsabilidades e dos riscos previstos neste contrato, a CONTRATADA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos serviços contratados, bem como a implantação de projetos associados, desde que não ultrapassem o prazo de vigência do contrato de programa.

§1º Inclui-se nos contratos com terceiros as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, em conformidade com o previsto nas Leis Federais 8.987/1995 e 11.079/2004.

§2º As contratações realizadas pela CONTRATADA são de sua exclusiva responsabilidade, não se estabelecendo qualquer relação entre terceiros contratados



pela CONTRATADA e o ESTADO e o MUNICÍPIO, inclusive perante as obrigações de natureza previdenciária e/ou trabalhista.

CLÁUSULA DEZENOVE: Caberá à CONTRATADA, recompor a pavimentação das ruas e calçadas danificadas em decorrência das obras de instalação, ampliação e reparos de redes públicas e ramais prediais, obedecida a legislação municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO - O MUNICÍPIO poderá executar a recomposição de pavimentação prevista no “caput” desta Cláusula com o objetivo de quitar débitos junto a CONTRATADA.

CLÁUSULA VINTE: Para a execução de obras, a CONTRATADA deverá obter todas as licenças que se fizerem necessárias, bem como utilizar materiais cuja qualidade seja compatível com as normas editadas pelos órgãos técnicos especializados e, ainda, cumprir todas as especificações e normas técnicas brasileiras que assegurem integral solidez e segurança à obra, tanto na sua fase de construção, quanto nas fases de operação e manutenção.

§1º - A CONTRATADA ficará responsável pelo desenvolvimento e execução dos projetos básicos e executivos pertinentes às obras.

§2º - A CONTRATADA, sempre que solicitado, deverá disponibilizar a ENTIDADE REGULADORA toda a documentação relacionada às obras, inclusive estudo de concepção, na medida em que forem sendo produzidos.

§3º - A CONTRATADA manterá constantemente estudos visando o aprimoramento e a programação das obras de implantação e de ampliação dos serviços públicos contratados, dentro de sua política de ação e desde logo poderá firmar convênios com o MUNICÍPIO, nos termos Convênio de Cooperação firmado.

§4º - A CONTRATADA responsabiliza-se em negociar, em caráter prioritário, com os órgãos competentes, a contratação de financiamentos necessários à execução das obras e serviços de abastecimento de água e de coleta de esgotos sanitários.

§5º - O MUNICÍPIO se obriga a anuir, sempre que exigido pelos organismos financiadores, nos processos de financiamentos referidos no parágrafo anterior.

§6º - Para a realização de novos empreendimentos de interesse do MUNICÍPIO, poderá ser firmado convênio de parceria entre as partes, mediante a elaboração de Termo Aditivo ao Contrato, nos termos do Convênio de Cooperação vigente.

DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA VINTE E UM: As atividades de fiscalização deste contrato serão exercidas por entidade reguladora estadual, atualmente pela **AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE INFRAESTRUTURA DO PARANÁ - AGEPAR**, denominada de ENTIDADE REGULADORA, por delegação do MUNICÍPIO, nos termos do Convênio de Cooperação assinado em 05 / 06 / 18, da Lei Municipal 15.220/2018, de 23/05/2018, da Lei Complementar Estadual 94/2002.



§1º - A fiscalização a ser exercida pela ENTIDADE REGULADORA, sem prejuízo do poder de polícia do MUNICÍPIO elencado no Convênio de Cooperação, abrangerá o acompanhamento das ações da CONTRATADA nas áreas operacionais, de atendimento, contábil, financeira e tarifária.

§2º - Em até cento e oitenta (180) dias contados da data de vigência deste contrato, o MUNICÍPIO deverá constituir o Comitê Municipal de Acompanhamento da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico composto na forma do art. 47 da Lei 11.445/2007, o qual anualmente fiscalizará por comissão formada com base no art. 33, XIV do Decreto Federal 6.017/2007 os serviços contratados e, quando identificar inconformidades na sua prestação, as comunicará a ENTIDADE REGULADORA e à CONTRATADA para a adoção das medidas administrativas correlatas.

§3º - Enquanto não for criado o Comitê a que se refere o parágrafo anterior, o Poder Executivo municipal exercerá esta função.

§4º As denúncias encaminhadas pelo Comitê Municipal de Acompanhamento da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário deverão ser registradas pela ENTIDADE REGULADORA, e obrigatoriamente respondidas, de forma motivada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, quanto a abertura ou arquivamento de eventual procedimento administrativo visando a aplicação da penalidade.

CLÁUSULA VINTE E DOIS. O acompanhamento, supervisão e fiscalização da execução do objeto do contrato serão realizados pelo MUNICÍPIO, por meio de um Gestor, de Fiscais Técnico e Administrativo e de uma Comissão de Avaliação a serem designados por Decreto, pelo Chefe do Executivo municipal.

§1º. Os gestores e fiscais assumirão, no que couber, todas as obrigações previstas nos artigos 16 e 17 do Decreto Municipal 2038/2017 ou de diploma que o suceder, cuja responsabilidade abrangerá o acompanhamento do planejamento das ações, procedimentos, níveis de qualidade e prioridade relativas aos serviços objeto da contratação e informações necessárias para a solicitação, acompanhamento, gestão dos serviços realizados.

§2º. O monitoramento da execução do Contrato será realizado pelos Gestores, Fiscais e Comissão, devendo verificar os seguintes itens, entre outros:

1. Atuação da **CONTRATADA** em conformidade com os termos contratuais;
2. Manutenção do histórico de gestão do contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências importantes, positivas e negativas, da execução do contrato, em ordem cronológica.

§3º. Sem prejuízo da plena responsabilidade da **CONTRATADA** perante o **MUNICÍPIO** ou terceiros, todos os serviços contratados estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização/inspeção, a qualquer hora, por pessoas devidamente credenciadas pelo MUNICÍPIO ou quem este indicar, desde que observado os limites de competência previstos no Convênio de Cooperação.

§4º. As eventuais deficiências verificadas na execução do Contrato serão formalmente comunicadas pelos Gestores à **CONTRATADA**, por intermédio do seu preposto aceito pelo MUNICÍPIO, bem como ao Comitê Municipal de Acompanhamento da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, que informará a

ENTIDADE REGULADORA, visando o ajuste ao padrão de qualidade requerido, sem prejuízo da instauração do procedimento administrativo relativo à aplicação das penalidades pela ENTIDADE REGULADORA.

§5º. A fiscalização de que trata esta cláusula será exercida no interesse do MUNICÍPIO, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do contrato, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela Lei Civil.

§6º. A CONTRATADA é responsável por eventual dano decorrente da inexecução parcial ou total do Contrato, ainda que imposto a terceiro, podendo exercer seu direito de regresso na forma da lei.

§7º: O MUNICÍPIO se reportará à CONTRATADA por meio do Gestor do Contrato ou por meio da Comissão de Avaliação.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

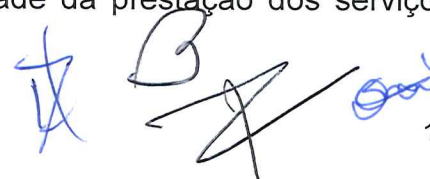
CLÁUSULA VINTE E TRÊS: A falta de cumprimento, por parte da CONTRATADA, de qualquer cláusula ou condição deste contrato ou da legislação aplicável e normas técnicas pertinentes, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas deste instrumento e desde que não seja referente às matérias de natureza ambiental, de posturas municipais, de vigilância da qualidade da água e de defesa do consumidor, poderá ensejar, mediante procedimento administrativo que possibilite a defesa e posterior recurso administrativo, a aplicação das penalidades pela ENTIDADE REGULADORA, na forma da lei.

§1º - O processo de aplicação das penalidades tem início com a lavratura do auto de infração pelo agente responsável pela fiscalização, que tipificará a infração cometida, para fins de aplicação da respectiva penalidade.

§2º - O auto de infração, que obedecerá ao modelo a ser definido pela ENTIDADE REGULADORA, deverá indicar com precisão a falta cometida e a norma violada e será lavrado através de notificação entregue à CONTRATADA, na sua sede, mediante protocolo, com cópia para o Comitê Municipal de Acompanhamento da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, que deverá ser ouvido previamente no processo administrativo, antes da decisão final.

DA POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO

CLÁUSULA VINTE E QUATRO: Sem prejuízo das penalidades cabíveis, exclusivamente por indicação em ato próprio e específico da ENTIDADE REGULADORA fixando o prazo, objetivos e limites da intervenção (não podem ultrapassar o território do MUNICÍPIO), poderá o MUNICÍPIO, em conjunto com o ESTADO intervir, excepcionalmente, na prestação dos serviços contratados, quando ação ou omissão da CONTRATADA ameaçar a qualidade da prestação dos serviços



objeto deste contrato, colocando em risco a saúde da população, isto apenas pelo período necessário para assegurar a continuidade e adequação da prestação dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais pertinentes sem qualquer prejuízo para as cláusulas e condições deste contrato.

§1º - A ENTIDADE REGULADORA somente poderá indicar a intervenção depois de percorrido processo administrativo próprio, com contraditório e ampla defesa e depois de concedido prazo razoável para que a CONTRATADA sane a irregularidade apontada, assegurada, ainda, a prévia manifestação do Comitê Municipal de Acompanhamento da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.

§2º - No ato pelo qual a ENTIDADE REGULADORA indicar a intervenção necessariamente deve indicar o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida aos Chefes do Poder Executivo municipal e estadual para que estes, se assim entenderem, nomeiem o interventor por Decreto.

§3º - A intervenção deverá ser instaurada dentro dos trinta (30) dias seguintes ao ato da ENTIDADE REGULADORA descrito no parágrafo anterior e não poderá exceder ao prazo de noventa (90) dias contados da data de sua instauração pelos Chefes do Poder Executivo municipal e estadual através da indicação do interventor.

§4º - A nomeação do interventor a que se refere o parágrafo anterior se dará pelo MUNICÍPIO e pelo ESTADO, também mediante ato administrativo próprio e específico de cada um dos Entes, vinculado estritamente ao que dispôs o ato de indicação da ENTIDADE REGULADORA.

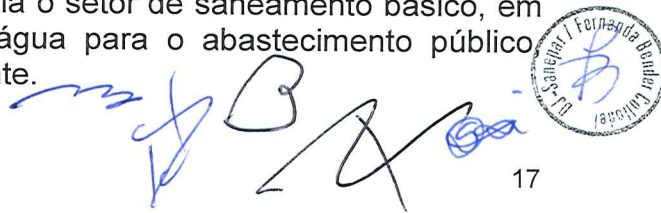
§5º - A ENTIDADE REGULADORA atuará como fiscalizadora da intervenção, podendo determinar seu encerramento sempre que considerar atendidos os objetivos fixados no ato de indicação previsto no “caput” e §2º desta Cláusula.

§6º - A intervenção a que se refere o “caput” e os parágrafos desta Cláusula, em nenhuma hipótese, poderá autorizar o MUNICÍPIO a assumir a prestação dos serviços ou a ocupar as instalações da CONTRATADA, sendo que a ação do MUNICÍPIO fica limitada à indicação de interventor que atuará em conjunto com interventor designado pelo ESTADO e representante da CONTRATADA na regularização dos fatos que determinaram a intervenção e dentro dos limites e prazos indicados pela ENTIDADE REGULADORA.

§7º - Se todo o procedimento administrativo referido nesta Cláusula não se concluir dentro de cento e oitenta (180) dias contados da data do início do processo administrativo na ENTIDADE REGULADORA, considerar-se-á extinto o processo de intervenção, sem prejuízo do direito da CONTRATADA de ser indenizada por eventuais danos sofridos.

DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E MEIO AMBIENTE

CLÁUSULA VINTE E CINCO: O serviço deverá ser executado em estrita obediência aos parâmetros definidos pela legislação que regula o setor de saneamento básico, em especial quanto à qualidade e potabilidade da água para o abastecimento público segundo critérios estabelecidos na legislação vigente.



§1º - É obrigatória a ligação de água e esgotamento sanitário em todos os imóveis com edificações no território do MUNICÍPIO, em que o serviço estiver disponível e por isso sujeito ao pagamento de tarifa pelo serviço posto à disposição, mesmo que ainda não esteja efetivada a ligação, que é de responsabilidade do usuário.

§2º - Decorridos noventa (90) dias da primeira notificação da CONTRATADA para que o usuário efetue a ligação na rede de distribuição de água e na rede coletora de esgotos disponível, independentemente de outras sanções cabíveis, o usuário é responsável pelo pagamento da respectiva tarifa para a CONTRATADA.

§3º - O **MUNICÍPIO**, por solicitação da CONTRATADA, exercerá seu poder de polícia e notificará o proprietário ou morador do imóvel objetivando o cumprimento do disposto no §1º desta cláusula, sob pena das medidas administrativas correlatas.

§4º - Na ausência de redes públicas de saneamento básico, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e afastamento e destinação final dos esgotos sanitários, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, em especial as de edificações, ambientais, sanitárias e de recursos hídricos.

CLÁUSULA VINTE E SEIS: No perímetro urbano, por solicitação da CONTRATADA, o MUNICÍPIO através de sua secretaria ou entidade responsável, por razão de saúde pública, poderá embargar o funcionamento de poços artesianos, freáticos e cisternas devendo proceder ao fechamento e lacre das referidas fontes de abastecimento, sem direito dos proprietários ou usuários de reclamarem qualquer indenização.

§1º - O órgão competente municipal, quando agir na forma prevista no “caput”, deverá dar posterior conhecimento para a ENTIDADE REGULADORA

§2º - Os poços artesianos/freáticos e cisternas já existentes, continuam com sua utilização livre enquanto não houver impedimentos relativos à preservação da higiene e saúde, sendo que a responsabilidade pela quantidade e qualidade da água é única e exclusiva do proprietário ou consumidor, proibida a comercialização e o fornecimento gratuito a terceiros.

CLÁUSULA VINTE E SETE: A CONTRATADA é responsável pela obtenção das licenças ambientais e outorgas de uso dos recursos hídricos necessárias à execução das obras destinadas ao cumprimento das metas e objetivos deste contrato, observado o disposto no § 4º da Cláusula Quinta deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA, desde que cumpridas as normas ambientais e de recursos hídricos pertinentes, poderá opor ao MUNICÍPIO, ao ESTADO ou a ENTIDADE REGULADORA, por conta da não obtenção tempestiva das licenças ambientais e das outorgas de uso dos recursos hídricos de que trata esta Cláusula, exceções ou meios de defesa como causa justificadora do descumprimento das metas e objetivos previstos neste contrato, desde que desatendida prévia notificação endereçada ao respectivo Chefe do Poder Executivo do ente competente para regular concessão de licença.

CLÁUSULA VINTE E OITO: Em razão de que a universalização do acesso ao saneamento básico e a proteção do meio ambiente é interesse comum de todas as entidades envolvidas nesta gestão associada e de que o saneamento básico é fator

preponderante para a melhoria da qualidade de vida da população e para dignidade humana, a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR compromete-se a repassar mensalmente ao Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSB do MUNICÍPIO, depois de já deduzidas todas as perdas na realização de crédito e os impostos incidentes sobre o faturamento, o valor equivalente a dois por cento (2%) da Receita Operacional / Faturamento total da SANEPAR no Município de Curitiba.

§1º. Para ter acesso ao repasse previsto no “caput” desta Cláusula, o MUNICÍPIO deverá instituir o referido Fundo Municipal por Lei.

§2º. Os recursos deverão ser aplicados em projetos e ações que tenham reflexo no saneamento básico, na proteção e recuperação do meio ambiente, consoante prevê o Convênio de Cooperação firmado entre o Estado do Paraná e o MUNICÍPIO, que são partes neste contrato.

§3º. A responsabilidade pela aplicação e destinação dos recursos previstos nesta Cláusula é do MUNICÍPIO, que deverá prestar contas para os órgãos fiscalizadores competentes e à ENTIDADE REGULADORA quando instado a fazê-lo, nos termos do Convênio de Cooperação firmado entre o Estado do Paraná e o MUNICÍPIO.

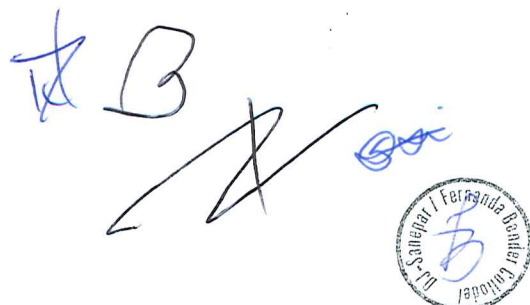
§4º. O repasse previsto no “caput” será realizado no último dia útil do mês subsequente ao do faturamento, condicionado à inexistência de débitos do MUNICÍPIO para com a SANEPAR.

§5º. No caso da existência de débitos de qualquer espécie do MUNICÍPIO junto a SANEPAR, referentes a três (3) meses ou mais, consecutivos ou não, o repasse do recurso previsto no “caput” desta Cláusula será suspenso e os valores a serem repassados acumulados, sendo liberados somente depois da quitação da dívida pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA VINTE E NOVE: Como compensação pelo vencimento antecipado do Contrato de Concessão nº 13.543/2001, a **CONTRATADA** repassará o valor de R\$ 88.771.010,64 (oitenta e oito milhões, setecentos e setenta e um mil, dez reais e sessenta e quatro centavos), para o Fundo Municipal referido no §1º da Cláusula vinte e oito deste Contrato e conforme previsto nos arts. 5º, 6º e 7º da Lei Municipal 15.220/2018, de 23/05/2018.

§1º. O repasse previsto no “caput” será realizado em 03 (três) parcelas, sendo o pagamento da primeira na assinatura deste Contrato de Programa, a segunda em março/2019 e a terceira em novembro/2019, corrigidas, as duas últimas, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

§2º. Os recursos deverão ser aplicados em projetos e ações conforme especificado nos §§1º e 2º da Cláusula Vinte e Oito deste Contrato.



DAS METAS/AÇÕES PRIORITÁRIAS

CLÁUSULA TRINTA: As metas prioritárias estão indicadas no Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, parte integrante do presente instrumento.

DA PRORROGAÇÃO

CLÁUSULA TRINTA E UM: O presente contrato poderá ser prorrogado ou renovado por acordo das partes, a ser celebrado mediante ato formal, justificado e celebrado antes do término do prazo contratual, consoante autorização prevista no art. 1º da Lei Municipal 15.220/2018, de 23/05/2018.

PARÁGRAFO ÚNICO: Quando faltarem 5 (cinco) anos para o término do contrato de programa, o MUNICÍPIO deverá iniciar planejamento para subsidiar a decisão administrativa quanto à faculdade de prorrogar o contrato ou adotar outra solução.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA TRINTA E DOIS. O presente contrato será extinto, exclusivamente, nas seguintes hipóteses:

I - Advento do termo final do contrato, sem que haja prorrogação pactuada entre as partes;

II – Acordo entre as partes pactuado em instrumento próprio;

III – Rescisão motivada, em caso de falta grave ou comprovado inadimplemento das obrigações previstas neste contrato, desde que previamente apurado e decidido em regular processo administrativo da ENTIDADE REGULADORA, que deve ser precedido do processo de intervenção previsto neste Contrato;

IV - Falência, extinção ou impossibilidade de prestação dos serviços pela CONTRATADA;

V – Privatização ou repasse do controle administrativo da CONTRATADA para a iniciativa privada ou, por qualquer outro meio em que a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR deixe de integrar a Administração do Estado do Paraná;

VI – decisão judicial transitada em julgado.

§1º - Não ocorrendo a prorrogação do Contrato de Programa ou advindo a extinção deste Contrato, o acervo dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitários somente será revertido ao patrimônio do MUNICÍPIO DE CURITIBA depois dele assumir previamente a responsabilidade pelo pagamento dos compromissos financeiros porventura existentes na data da transferência do acervo e indenizar previamente a CONTRATADA pelo valor contábil e regulatório das parcelas dos

investimentos ainda não amortizados, remunerados ou depreciados na vigência do contrato, contemplados também os bens e direitos do período em que o serviço foi prestado com base na Lei Municipal nº 6.388/1982, inclusive do Contrato de Concessão nº 13.543/2001, consoante §3º da Cláusula Sétima deste Contrato, respeitados os Estatutos da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.

§2º - O valor da indenização será apurado pelos contratantes, em conjunto com a ENTIDADE REGULADORA, tomando-se por base a contabilidade da CONTRATADA, que é certificada anualmente pela ENTIDADE REGULADORA e pelo Tribunal de Contas do Paraná.

§3º - Até o efetivo pagamento da indenização prévia, inclusive dos bens pré-existentes devidamente inventariados e a assunção dos financiamentos pelo MUNICÍPIO, prevista no §1º desta Cláusula, a CONTRATADA continuará prestando os serviços de água e esgotamento sanitário nas mesmas condições deste Contrato, respeitando o equilíbrio econômico-financeiro ajustado, pelo prazo necessário para a remuneração, amortização e recuperação de seus créditos e investimentos realizados através das tarifas, inclusive dos investimentos necessários a continuidade do serviço público, os quais a contratada está desde já autorizada a realizar.

§4º - Cumpridas as obrigações previstas no §1º desta cláusula, operar-se-á a reversão, ao MUNICÍPIO, dos bens e instalações vinculados e indispensáveis aos serviços contratados.

§5º - Para efeito da reversão, os bens vinculados e indispensáveis aos serviços contratados são os utilizados, direta, exclusiva e permanentemente na prestação dos referidos serviços, tais como estação de tratamento de esgotos, estação de tratamento de água, redes coletoras de esgotos e redes de distribuição de água e equipamentos permanentes utilizados nas redes.


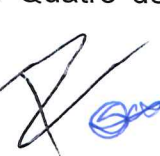


CLÁUSULA TRINTA E TRÊS: A rescisão do contrato, antes do advento do termo final, só se dará em caso de comprovado inadimplemento das obrigações nele previstas, mediante a formalização de processo de rescisão junto a ENTIDADE REGULADORA, assegurada a ampla defesa e o contraditório e depois de percorrido, sem sucesso, o processo de intervenção.

§1º - No caso de rescisão motivada, para atender ao interesse público, deverão ser realizados consecutivamente os seguintes procedimentos para verificação do inadimplemento, por meio de infrações e falhas, previsto na legislação específica e neste contrato:

I – processo de fiscalização específico pela ENTIDADE REGULADORA,

II – realização de auditoria técnica especializada e independente pelo MUNICÍPIO e pelo ESTADO;

III – instauração de processo administrativo pela ENTIDADE REGULADORA, com o acompanhamento do MUNICÍPIO e do ESTADO e ampla defesa para a CONTRATADA, obedecidos os prazos e procedimentos fixados nas Cláusulas deste contrato, inclusive precedido do processo de intervenção, nos termos da Cláusula Vinte e Quatro deste Contrato.



§2º - No caso de decisão da ENTIDADE REGULADORA, favorável a rescisão do contrato, esta deverá ser precedida do pagamento da indenização prévia, nos termos do §1º e §2º da Cláusula Trinta e Dois deste Contrato.

§3º - A partir da rescisão, o MUNICÍPIO ficará responsável pelas eventuais indenizações de bens e direitos perante as instituições públicas, autarquias, em qualquer instância ou tribunal, reclamados por terceiros a qualquer título, pessoas físicas ou jurídicas, concessionárias ou não, de sistemas de abastecimento de água e de esgotos sanitários.

§4º- O processo administrativo de inadimplemento não será instaurado até que tenha sido dado inteiro conhecimento à CONTRATADA, em detalhes, das infrações apontadas, bem como tempo suficiente para providenciar às correções de acordo com os prazos e termos de processo de fiscalização da ENTIDADE REGULADORA e ainda depois de percorrido, sem sucesso, o processo de intervenção.

CLÁUSULA TRINTA E QUATRO: Para efeito de indenizações de que tratam as Cláusulas Trinta e Dois e Trinta e Três será utilizado o valor resultante de inventário procedido pela ENTIDADE REGULADORA, com base nos dados contábeis e/ou regulatórios da CONTRATADA que serão anualmente certificados, nos termos deste Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO. Para fins do inventário previsto nesta cláusula, a ENTIDADE REGULADORA deverá contratar empresa de auditoria independente, desvinculada de auditorias anteriores na contratada, e terem suas condições contratuais previamente aprovadas pelo município como condição de validade.

DOS TRIBUTOS

CLÁUSULA TRINTA E CINCO: O MUNICÍPIO não onerará a SANEPAR com novos encargos fiscais municipais ou retribuição por uso de bens municipais, seja a que título for, referente a utilização dos espaços públicos, terrestres ou não, inclusive subsolo, com o fim de implantar unidades e redes dos sistemas de saneamento básico, bem como as unidades controladas desses sistemas, quando necessárias, submetendo-se a CONTRATADA a legislação fiscal e tributária do MUNICÍPIO relativamente a seus bens e serviços, respeitado o ordenamento jurídico nacional e estadual.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO 13.543/01 POR ACORDO ENTRE AS PARTES

CLÁUSULA TRINTA E SEIS: As partes resolvem, de comum acordo, extinguir o Contrato de Concessão nº 13.543/01 para celebrar este novo instrumento em substituição ao anterior, sendo que os bens e direitos do contrato anterior integram este contrato, nos termos da Cláusula Sétima deste Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os Termos Aditivos ao Contrato de Concessão 13.543/01 que envolvam a execução de obras e serviços, que ainda não esgotaram seu objeto e desde

que não conflitem com os termos do presente instrumento, em razão do princípio da continuidade do serviço público, continuam em vigor e integrando o presente Contrato de Programa pelo prazo necessário à conclusão de seu objeto.

DA PUBLICAÇÃO E REGISTRO

CLÁUSULA TRINTA E SETE: As partes providenciarão publicação resumida do presente instrumento, mediante extrato, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data nos respectivos Diários Oficiais, sendo posteriormente registrado e arquivado na ENTIDADE REGULADORA.

DO FORO

CLÁUSULA TRINTA E OITO: Fica eleito o foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, capital do Estado, para nele serem resolvidas todas as questões judiciais, derivadas deste instrumento, renunciando as partes expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para plena eficácia jurídica, o ESTADO, o MUNICÍPIO e a CONTRATADA, por seus representantes legais, datam e assinam o presente contrato em quatro (4) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentais, para que produza seus regulares efeitos, obrigando-se entre si e seus sucessores.

Curitiba, 05 de JUNHO de 2018.



RICARDO JOSÉ SOAVINSKI
Diretor-Presidente da SANEPAR



RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO
Prefeito Municipal de CURITIBA




ANTONIO CARLOS BONETTI
Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos




ANTONIO CARLOS SALLES BELINATI
Diretor Comercial da SANEPAR

TESTEMUNHAS



Nome Nuno Alves Pereira
CPF 672 108 489 91



Nome 594.981.029-53
CPF SIRLENE TOSIN



COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

RESUMO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo nº 7 ao Contrato COPEL SOE 51.147. Contratada: INSTALADORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS VIVIDENSE LTDA. CNPJ: 76.995.984/0001-50. Motivo: Alteração da denominação social da Contratada para VIVIDENSE LINHAS DE TRANSMISSÃO LTDA., alteração dos índices de reajuste, realização de serviços excedentes. Fundamentação: Artigos 103, inciso II e artigo 112, §1º, inciso I da Lei Estadual 15.608/07. Data de Assinatura: 11/06/2018; Valor do Termo: R\$ 72.000,00.

58211/2018

SANEPAR

AVISO DE LICITAÇÃO N 238.18

Objeto: Execução de obras de reforma no Centro de Reserva Sul do Sistema de Abastecimento de Água do município de Londrina, com fornecimento total de materiais e equipamentos, conforme detalhado nos anexos do edital.
Recurso: Próprios. **Abertura da Licitação:** 10h do dia 05/07/2018.
Informações complementares: Podem ser obtidas na Sanepar por Rua Engenheiros Reboças, 1376 - Curitiba/PR, Fones (41)3330-3910/3330-3128 ou Fax (41)3330-3174/3330-3200, ou pelo site <http://licitacao.sanepar.com.br/>.

Sergio Ricardo Veroneze
Diretor Administrativo

56881/2018

RESULTADO DA LICITAÇÃO 045/2018

A Comissão de Licitação designada por resolução torna público, para o conhecimento dos interessados, o que segue:

Classificação das empresas:

1ª) SBA Montagens e Serviços Técnicos Ltda EPP	R\$ 2.832.468,26;
2ª) Cazamusa Construção Civil Eireli - EPP	R\$ 2.835.456,79;
3ª) Hema Construção Ltda	R\$ 2.979.000,00;
4ª) Construtora Carmezim Ltda	R\$ 3.104.000,00;
5ª) Terrassis Saneamento e MND Ltda	R\$ 3.180.000,00;
6ª) IRK Construtora e Obras Ltda	R\$ 3.318.000,00;
7ª) Silesa Saneamento Ltda EPP	R\$ 3.370.700,00;

Inabilitação

Inabilitação da empresa SBA Montagens e Serviços Técnicos Ltda EPP, primeira classificada, pelo não atendimento na totalidade do exigido no subitem 7.3 e 7.4, Capítulo VI do edital.

Habilitação

Habilitação da empresa Cazamusa Construção Civil Eireli - EPP, 2ª classificada na referida licitação passando assim a ser 1ª classificada e a declara vencedora.

O inteiro teor da Ata de Julgamento está disponível na internet, no site da Sanepar (<http://licitacoes.sanepar.com.br>). Abre-se o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, conforme determina a legislação vigente.

Enivaldo Marcos da Silva
Presidente da Comissão de Licitação

57904/2018

RESULTADO DA LICITAÇÃO 143/2018

A Comissão de Licitação designada por resolução torna público, para o conhecimento dos interessados, o que segue:

Classificação das empresas:

1ª) H.M.S. Transportes e Locação de Caçambas Ltda.	R\$ 102.420,00;
2ª) Ambserv Tratamento de Resíduos Ltda.	R\$ 135.000,00.

Habilitação

Habilitação da empresa H.M.S. Transportes e Locação de Caçambas Ltda., 1ª classificada na referida licitação e declara vencedora da mesma.

O inteiro teor da Ata de Julgamento está disponível na internet, no site da Sanepar (<http://licitacoes.sanepar.com.br>). Abre-se o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, conforme determina a legislação vigente.

Enivaldo Marcos da Silva
Presidente da Comissão de Licitação

57875/2018

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, de acordo com a legislação, torna pública a contratação nos termos do Art. 148 - I do RILC - Dispensa de Licitação em Razão do Valor para Obras e Serviços de Engenharia, nº 7879/2018, Contratação de projeto e obra de conexão elétrica para um sistema de Microgeração Hidráulica - BFT - no Reservatório Aeroporto em São José dos Pinhais. Contratada FUNDACAO PARQUE TECNOLOGICO ITAIPU-BRASIL, valor R\$ 75847,23, contrato nº 30605, data de assinatura 07/06/2018

58025/2018

AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto: SERV DE LAVAGEM DE UNIFORMES. até as 17:00 horas do quinto dia útil anterior à de propostas. Limite de Acolhimento de Propostas: 1º dia 04/07/2018. Data da Disputa de Preços: 1º dia 04/07/2018. Motivo: Conforme "Comunicado Curitiba, 12 de junho de 2018"

Sergio Ricardo Vero
Diretor Administrativo

2º Termo Aditivo ao Contrato de Programa Nº 20/12 - Município: SÃO CARLOS DO IVAÍ - Objeto: Estabelecer as condições para a implantação do SES na sede urbana do Município, através do Programa de Saneamento Ambiental em municípios com população de até 50 mil habitantes do PAC - FUNASA do Ministério da Saúde. - Prazo de Vigência: 24 (vinte e quatro) meses - Data de Assinatura: 08/01/2018.

58220/2018

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, de acordo com a legislação, torna pública a contratação nos termos do Art. 148 - I do RILC - Dispensa de Licitação em Razão do Valor para Obras e Serviços de Engenharia, nº 10089/2018, PROJETO DE ARQUITETURA E PROJETOS COMPLEMENTARES PARA READEQUAÇÕES PREDIAIS DE 04 EDIFICAÇÕES DA URMA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.. Contratada ARTQUATRO PLANEJAMENTO & ARQUITETURA LTDA, valor R\$ 66000,00, contrato nº 31069, data de assinatura 08/06/2018.

58232/2018

A Companhia de Saneamento do Paraná torna público que celebrou com o município de CURITIBA e com o ESTADO DO PARANÁ, o Contrato de Programa nº 186/2018, para Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, com exclusividade e por dispensa de licitação nos termos do artigo 24, inciso XXVI da Lei 8.666/93, conforme as seguintes condições: **Prazo:** Trinta (30) anos, prorrogáveis; **Início:** 05/06/2018; **Lei Municipal Autorizativa** Nº 15.220/2018, de 23/05/2018; **Metas:** Manter o Índice de Atendimento por Rede de Abastecimento de Água - IARDA em 100%, da população urbana da sede do Município, durante toda a vigência do Contrato; Cumprir as metas para o Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto - IARCE, conforme previsto do PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico, durante toda a vigência do contrato; Tomar as providências dentro de sua área de atuação para dar cumprimento as metas do Índice de Regularidade das Ligações Prediais de Esgotamento Sanitário - IRLPE, conforme previsto do PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico, durante toda a vigência do contrato; Tomar as providências dentro de sua área de atuação para dar cumprimento as metas do Índice de Coleta de Esgotamento Sanitário Público - ICES, conforme previsto do PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico, durante toda a vigência do contrato; Cumprir as metas para readequação da RCE na área central de Curitiba, conforme previsto do PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico, durante toda a vigência do contrato.

Curitiba, 08 de Junho de 2018.

Ricardo José Soavinski
Diretor-Presidente da Sanepar.

58212/2018

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, de acordo com a legislação, torna pública a contratação nos termos do Art. 149 do RILC - Inexigibilidade de Licitação por inviabilidade de competição, nº 9190/2018, CONSERTO EM BOMBA SUBMERSA MARCA EBARA MODELO BHS 517-04 PATRIMÔNIO 170243 PERTENCENTE AO SAA DE CAMPO MOURÃO CSB-02.. Contratada EBARA INDUSTRIAS MECANICAS E COMERCIO LTDA., valor R\$ 3858,25, contrato nº 30847, data de assinatura 16/05/2018.

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, de acordo com a legislação, torna pública a contratação nos termos do Art. 149 do RILC - Inexigibilidade de Licitação por inviabilidade de competição, nº 9185/2018, CONSERTO EM BOMBA SUBMERSA MARCA EBARA MODELO BHS 512-13 PATRIMÔNIO 42575 PERTENCENTE AO SAA DE CIANORTE CSB-01.. Contratada EBARA INDUSTRIAS MECANICAS E COMERCIO LTDA., valor R\$ 5243,57, contrato nº 30846, data de assinatura 16/05/2018.

58229/2018

Defensoria Pública do Estado

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ EXTRATO DO CONTRATO 13/2018

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR:
473531918

Documento emitido em 14/06/2018 10:54:03.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 10207 | 12/06/2018 | PÁG. 19

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o
Código Localizador no site do DIOE
www.imprensaoficial.pr.gov.br

do Estado do Paraná - DPP e DEBORA
EIRELE - ME.
elétrico - cooktop.

1.03.122.43.4008
de Despesa: 4.4.90.52.12
2017
PIÃO ORTIZ ABRAÃO
o Geral do Estado do Paraná

58156/2018

57895/2018

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Comarca de Curitiba



Estado do Paraná

REGISTRO DE IMÓVEIS DA 8ª CIRCUNSCRIÇÃO

RUA JOSÉ LOUREIRO, 133 - 1º ANDAR - FONE: 3323-1407 - FAX: 3323-4477

www.8circunscricao.br

ITALO CONTI JÚNIOR
OFICIAL

CPF/MF nº 004.056.559-91

EDITAL DE INTIMAÇÃO

COM PRAZO DE 15 DIAS

ITALO CONTI JÚNIOR, Oficial do Cartório do 8º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Curitiba, no uso de suas atribuições, etc.,

Ref. Prot.: 674503

FAZ SABER A ELA RAFAELA SIDOLI DE FARIAS

brasileira, casada com Agnaldo Coelho de Farias, em 08/11/2004, sob o regime de comunhão parcial de bens, advogada, portadora da C.I. nº 5.921.685-4-PR e do CIO nº 020.785.099-70, residente e domiciliada na: Rua Padre Anchieta, nº 1846, SB 12, CEP: 80.430-220; 2 - Rua Luiz Tramin, nº 1820, Casa 27, bairro Campo Comprido, nesta Capital, que não sendo encontrado(a) nos endereços supra, conforme cartório exarado em 23/05/2018, na Carta de Intimação registrada sob nº 794.440, no 2º RTD, em 16/03/2018, fca(m) pelo presente Edital, INTIMADO(A) para fins de pagamento do débito correspondente às parcelas vencidas no período de maio/2018 à agosto/2018; Outubro/2018 a janeiro/2019, totalizando o saldo devedor de R\$405.990,88 (quatrocentos e cinco mil novecentos e noventa reais e oitenta e oito centavos), posicionados até 23/02/2018, sujeito à atualização monetária, nos juros de mora até a data do efetivo pagamento e às despesas de cobrança, somando-se, também, as parcelas e os encargos que se vencerem neste período, decorrentes do Instrumento Particular do Confissão de Dívida com Pacto Adjetivo de Constituição de Alienação da Propriedade Fiduciária em Garantia - Contrato nº 101215-03, com caráter de escritura pública na forma prevista no artigo 38 da Lei nº 9.514, de 20.11.1997, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.931, de 02.08.2004 e pela Lei nº 11.076, de 30.12.2004, firmado nesta Capital, em 10 de maio de 2016, e registrado sob nº 13 (treze), na Matrícula nº 147.804, desta Serventia, referente ao imóvel constituído pelo RESIDÊNCIA 04 (quatro) QUADRA 02 (dois) do CONJUNTO RESIDENCIAL WESTSIDE III, situado à Rua Luiz Tramin, nº 1820, nesta Cidade de Curitiba, em que figura como credor(a) fiduciária(a) o(a) ADMILMAR - ADMINISTRADORA DE CONSORCÍOS S/A, CNPJ/MF: 04.911.086/0001-20.

Assim, tendo expirado o prazo de carência, conveniando no contrato, para o procedimento de cobrança, fca(m) INTIMADO(A) V. S(a), para que se dirija(m) ao Cartório da 8ª Circunscrição Incobiliar desta Comarca, a meu cargo, situado à Rua José Loureiro, nº 133, Ed. Mauá, 1º andar, Centro, nesta Capital, no horário das 8:30 às 17:00 horas, onde deverá(a) efetuar a purga do ônus sobre o bem discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da data da presente e última publicação deste Edital. Fica(m), ainda, CIENTIFICADO(A) S. V. S(a), de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel (valor do(a) crédito) fiduciária(a), ADMILMAR - ADMINISTRADORA DE CONSORCÍOS S/A, CNPJ/MF: 04.911.086/0001-20, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Curitiba, 08 de Junho de 2018.

ITALO CONTI JÚNIOR
OFICIALSÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVÇÃO
DE LICENÇAS DE OPERAÇÃO

Hospital Cruz Vermelha Brasileira - Filial do Estado do Paraná torna público que requereu à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba a Licença Ambiental de Operação - lo para a atividade de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências instaladas na Rua Vicente Machado, 1310 - Bairro Batel - Curitiba/PR.

PROCLAMAS

CARTÓRIO DE UMBARÁ

RAUL FERNANDES SCHUCHOVSKY

Rua Isaac Ferreira da Cruz, nº 4118, fone: 3015-0234-CEP. 81.910-000, Curitiba/PR

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se, e apresentaram a esta Serventia os documentos exigidos no artigo 1.525 do Código Civil Brasileiro os contraentes: 1) ADILSON DE OLIVEIRA MICHALSKI e ERICA DA SILVA BATISTA; 2) JOÃO NILSO VEDOI BATISTA e CRISTIANE DA CONCEIÇÃO; 3) CLEVERSON GOZZI e ANA CLAUDIA LOPES FERREIRA; 4) DOUGLAS FERNANDES SANTOS e BEATRIZ SCACCHETE COELHO; 5) MAICON PAULO GARDINO e CAROLINA LUIZ FERNANDA FERREIRA; 6) SANDRIMAR CERQUEIRA DA SILVA e MARCELA EDUARDA DA SILVA; 7) ELIEL PEREIRA DA SILVA e ROSINEIA DE CARVALHO; 8) PAULO RICARDO GOMES DOS SANTOS e JESSICA RAISSA NICOLDI PADILHA; 9) JOSE APARECIDO SPONTÃO e GILENE APARECIDA CARDOSO DA SILVA; 10) LUIZ CUNHA DA SILVA e MARIA CLEUNICE LIMA DE SOUZA; 11) JONATHAN ROBERTO SALVADOR MABA e JENNIFER PORTES; 12) JOÃO RICARDO SEVERINO PINTO e KATIA CARINE CARARO KLOSTERHOFF; 13) ARMANDO SANTOS NETO JÚNIOR e ELIANE EMERICK RIBEIRO DE OLIVEIRA; 14) MARCELO GONÇALVES DE GODOY e BIANCA DOS SANTOS HERBELE; 15) LEONARDO PICOLO GIMENES e JAQUELINE SOUZA PONTES; 16) ALEXANDRE HEINZIN DA COSTA e FABIANA LOMBARDI FERREIRA; 17) CÉSAR AIRES DE MIRANDA e ANDREIA CECILIO; e tendo recebido por parte do Cartório Distrital do Pinheirinho, Curitiba/PR, o Edital de Proclamas de TÁRCIS JAMMES DE BRITO e ANDRIELLY PERUZZO MASTALER; se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei, no prazo de 15 (quinze) dias. Curitiba, 04 de junho de 2018.

RAUL FERNANDES SCHUCHOVSKY

NOTÁRIO E REGISTRADOR

SERVIÇO DISTRITAL DO PINHEIRINHO

NARA DARLIANE DORS - NOTÁRIA E REGISTRADORA

Rua: Mário Gomes César, 194 - Fone: 3596-1199 - CEP: 81150-313 - Curitiba - Paraná, EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525 do Código Civil Brasileiro, os contraentes: 1) ALLAN NICHOLAS PAVANI e ANA PAULA SOARES; 2) EVANDRO JOSE FERREIRA e ANA CRISTINA DOS SANTOS; 3) FABIANO GOMES DA ROCHA e JOSIANE BUENO DOS SANTOS; 4) EDUARDO HENRIQUE GARCIA GRAMZA e ANA BEATRIZ REZENDE ALFONSO; 5) ALISSON RODRIGO PELIZARO e MICHELLE FERNANDA BATISTA MOREIRA; 6) GENÁRIO DE LIRA SILVA e ADRIANA DIAS BRABOSA; 7) JONHSEFER BUENO VIEIRA e TATIANE CRISTINA DA SILVA COGO; 8) ANGELO MAURICIO DE OLIVEIRA e CIPRIANO-IONUT RĂDULESCU; 9) FELIPE JOSÉ LACHOVICZ e DAYANNE SAWISKI DA CUNHA [Edital Recebido do Serviço Distrital do Umburá em Curitiba/PR]; 10) JEFERSON LUIZ SOUZA NUNES e JESSICA SIEGHEIRA PETRETZ; [Edital Recebido do Serviço Distrital do Boqueirão em Curitiba/PR]; Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei, no prazo de 15 (quinze) dias. Curitiba, 12 de Junho de 2018

Nara Darliane Dors

Notária e Registradora

PROJUDI - Processo: 0025913-48.2009.8.16.0001 - Ref. mov. 171.1 - Assinado digitalmente por Carla Melissa Martins Trija:12725.08/05/2018; EXPEDIÇÃO DE EDITAL/INTIMAÇÃO. Arg. Edital JUIZ DE DIREITO DA 8ª CIRCUNSCRIÇÃO INCOBILAR, Cartório da 7ª Vara Cível Dr. Katya de Araújo Costa Gonçalves. C. Candidato de Abreus, 535 - 7º andar, Comarca de Curitiba - Estado do Paraná. Pátria Carta Gonçalves. 2. Juramentada EDITAL DE INTIMAÇÃO DA REVELITA SOARES DE OLIVEIRA, com o PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, Edital de Intimação da REVELITA SOARES DE OLIVEIRA, brasileira, casada judicialmente, portadora da cédula de identidade RG/SP sob nº 14.451.713 e inscrita no CPF/MF sob nº 011.715.206-70, atualmente encoberta em lugar não sabido, para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a importância de R\$ 52.337,44 (Cinquenta e dois mil, trezentos e trinta e sete reais e quatro centavos - 10/3/2018 - see, 166.3 e 166.4), sob pena de imposição de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), ambos calculados cumulativamente sobre o débito atualizado ou sobre o valor restante, em caso de pagamento parcial, nos termos do artigo 523 do CPC e de independência de penhora da intimação, apresenta, nos próprios autos, sua impugnação, autos de AÇÃO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, sob nº. 0025913-48.2009.8.16.0001, que tramita na 7ª. Vara Cível de Curitiba, pelo sistema Projudi, sito na Av. Cândido de Abreu, nº. 535 - 7º andar, Fórum Cível, Centro Cívico, movido por CONDOMÍNIO DO CONJUNTO RESIDENCIAL BELA VISTA contra REVELITA SOARES DE OLIVEIRA e PAULO ROBERTO DE MATOS, que em síntese aduz o seguinte: "Referente à cobrança de taxas de condomínio em atraso dos meses de Dezembro/2004 a Abril/2012, bem como as que venceram no curso da presente, do imóvel situado na Avenida da República, nº. 6570, apartamento 24, do bloco 11, nesta Capital." DESPACHO DE SEQUENCIA 155.1 - 1. Anote-se participação da CEF como terceiro interessado, na qualidade de credor hipotecário, para fins de classificação de seus créditos. 2. Intime-se o Devedor, por edital, como requerido pela Defensoria Pública, Curitiba, 05 de março de 2018. (a) CARLA MELISSA MARTINS TRIJA - Juiz de Direito Substituto "E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, expede o presente edital, que será publicado e afixado no local de costume, com a ressalva de que será nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257 do NCPC), Edital, 08 de maio do ano dois mil e dezetois. E Eu, (a) Katya de Araújo Costa Gonçalves, que o fiz digitar, conferir e subcrevo. SOB MINUTA CARLA MELISSA MARTINS TRIJA Juiz de Direito Substituto Assinado Digitalmente



A Companhia de Saneamento do Paraná torna público que celebrará com o município de CURITIBA e com o ESTADO DO PARANÁ, o Contrato de Programa nº 186/2018, para Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, com exclusividade e por dispensa de licitação nos termos do artigo 24, inciso XXVI da Lei 8.666/93, conforme as seguintes condições: Prazo: Trinta (30) anos, prorrogáveis; Início: 05/06/2018; Lei Municipal Autorizativa nº 15.220/2018, de 23/05/2018; Metas: Manter o índice de Atendimento por Rede de Abastecimento de Água - IARDA em 100%, da população urbana da sede do Município, durante toda a vigência do Contrato; Cumprir as metas para o Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto - IARCE, conforme previsto do PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico, durante toda a vigência do contrato; Tomar as providências dentro de sua área de atuação para dar cumprimento às metas do Índice de Regularidade das Ligações Prediais de Esgotamento Sanitário - IRL, conforme previsto do PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico, durante toda a vigência do contrato; Tomar as providências dentro de sua área de atuação para dar cumprimento às metas do Índice de Coleta de Esgotamento Sanitário Público - ICES, conforme previsto do PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico, durante toda a vigência do contrato; Cumprir as metas para adequação da RCE na área central de Curitiba, conforme previsto do PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico, durante toda a vigência do contrato.

Curitiba, 08 de Junho de 2018.

Ricardo José Sovakinski

Diretor-Presidente da Sanepar.

SUPERINTENDÊNCIA
DE ADMINISTRAÇÃO
DO PARANÁMINISTÉRIO DA
FAZENDA

PREGÃO ELETRÔNICO SAMF/PR Nº 06/2018

OBJETO: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços terceirizados para os Serviços de Vigilância e Segurança a serem executados nas instalações do Ministério da Fazenda no Paraná - Superintendência de Administração e Órgãos Jurisdicionados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 25 de junho de 2018 às 09h30min. O Edital está disponível no site www.comprasgovernamentais.gov.br e encontra-se à disposição dos interessados para consulta, das 08h30 às 11h30min e das 13h30 às 17h00 à Rua Marechal Deodoro, 555/11º andar - Centro - Curitiba/PR. Demais informações pelos telefones (41) 3320-8062, 3320-8495 e 3320-8057.

Curitiba, 08 de junho de 2018

Jucimara Moura Rocha de Almeida

Pregoeira/SAMF/PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 447/2018- SENAI - PR

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ITENS DE REDE LÓGICA E INFORMÁTICA - WORLDSKILLS 2018
ABERTURA: 20 DE JUNHO DE 2018 - 09H00MIN
LINK PARA ACESSO: <http://compras.fiepr.org.br>

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 348/2018-SESI / SENAI

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AÇO - PLANO DA VIRADA
ABERTURA: 20 DE JUNHO DE 2018 - 14H00MIN
LINK PARA ACESSO: <http://compras.fiepr.org.br>

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76.002.641/0001-47

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 054/2018 - UASG 387823

CONVÊNIO PARANACIDADE

O MUNICÍPIO DE Rio Negro, torna Público que às 14:00 horas do dia 27/06/2018, na Plataforma do COMPRASNET no site www.comprasgovernamentais.gov.br, realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação - INTERNET, de acordo com as especificações do edital para aquisição de: 01(um) AUTOMÓVEL SEDAN - 5 PASSAGEIROS, VALOR TOTAL: R\$ 52.500,00, PRAZO DE ENTREGA: 60 dias. Cadastro das Propostas: a partir de 14/06/2018 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 27/06/2018 às 14h00min no site www.comprasnet.gov.br. Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro Misael Antonio Köene, Telefone: 47 3642 5556 - e-mail licita.rionegro@gmail.com. A pasta técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 270, Bairro Seminário, das 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00horas. Rio Negro, 08 de junho de 2018. MILTON JOSÉ PAIZANI - PREFEITO MUNICIPAL.

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE REABERTURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 054/2018 - SRP - P.M.S.M.S.

O Município de São Mateus do Sul, torna público e para conhecimento das interessadas em participar da licitação supramencionada, a qual tem por objeto o Sistema de Registro de Preços, para contratação de empresa especializada em gerenciamento compartilhado da frota de veículos leves e máquinas, com fornecimento de peças e serviços, de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo I do Edital, conforme solicitação da Comissão Central de Registro de Preços, comunica que permanecem inalteradas as condições do edital.

Diante disso, fica redesignado:

ABERTURA: dia 03 de junho de 2018 - 14:00 horas.

São Mateus do Sul, 11 de junho de 2018.

Luiz Adry Gonçalves Pereira

Prefeito Municipal

SINDECINEMAS
E DAS DISTRIBUIDORAS CINEMATOGRAFICAS DO ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76.046.040/0001-43 - Cód. Sindecin 92.010.518.8445-5
Rua Teodoro de Mello, 111 - Curitiba/PR - CEP: 80510-020 - Telefone: (41) 3029-1527

EDITAL

Faço saber aos que este Edital virem ou dele tomarem conhecimento, e, em atendimento ao que dispõe o artigo 94 (noveenta e quatro) do Estatuto do Sindicato, tornamos público que no dia 24 (vinte e quatro) de maio de 2018 (dois mil e deztoito), foi realizada a eleição neste Sindicato, tendo sido eleitos os seguintes associados para comporem os seus órgãos de administração e representação: Presidente - Pedro Rodrigues da Silva - Diretor-Secretário - Luiz Antonio Gonçalves de Oliveira - Diretor-Tesoureiro - Eugênio Cordeiro dos Santos; Diretoria Suplentes - Abel Kaiser Vieira Filho, Cássio Romagnani e Maria Bernadete Pereira de Souza; Conselho Fiscal Efetivo - Alade Soares, Valdir Costa Fontoura e Elaine da Silva Pereira; Conselho Fiscal Suplentes - Iraci de Mattos e Christian Santos Silva; Delegados Representantes Efetivos - Eugênio Cordeiro dos Santos e Luiz Antonio Gonçalves de Oliveira; Delegados Representantes Suplentes - Pedro Rodrigues da Silva e Abel Kaiser Vieira Filho. Os componentes dos aludidos órgãos serão empossados no dia 26 (vinte e seis) de junho de 2018 (dois mil e deztoito).

Curitiba, 11 de junho de 2018

PEDRO RODRIGUES DA SILVA

Presidente

Súmula de Requerimento para Renovação

Polímeros do Brasil LTDA torna público que irá requerer ao IAP a renovação de sua Licença de Operação até a data 20/06/2018, para atividade de Fabricação de resina termoplástica no município de Campo Largo/PR.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Rio Verde Empreendimentos Ltda torna público que irá requerer ao IAP a Licença de Instalação para o empreendimento Alvalheir Paraná Rio Verde e sr implantada na Estrada Rio Verde, s/nº, bairro Jardim Três Rios, no município de Campo Largo, Paraná.

CARTÓRIO DA 2ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA-PR, NELI NEUZA MARIA CARMEZINI ESCOBAR, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível - Fórum Cível - Tel. 3332-7893 - CEP: 80300-906 EDITAL DE CITAÇÃO DA REQUERIDA INDEB INDUSTRIA ELETRONICA LTDA (prazo de 30 dias) A doadora DANIELLE MARIA BUSATO SACHET, N.M., Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Curitiba - PR, na forma da Lei. F.A. 2.5 A.B.E.R. e todos quantos a presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório, tramitam os autos nº 002328-03.2015.8.16.0001 de AÇÃO DECLARATORIA em que a Autor REQUERIDA DE INDEB INDUSTRIA ELETRONICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 17.217.658/0001-83, atualmente em lugar ignorado, para que tome ciência do inteiro teor da petição inicial, em que a Autor alega em síntese que: "O requerente já falecido e neste ato representado por seu viúvo, na qualidade de herdeira necessária e inventariante, juntamente com seu socio CELSO VIEIRA BATISTA, contraiu a dívida de empresa R\$ 63.636,63, com os demais co-Réus, na data de 05 de janeiro de 1993, pelas condições estabelecidas no contrato particular de compra e venda estabelecido entre as partes e que a parte integrante da petição inicial, o primeiro processo, obtive a formação do Precatório Requisição de valor de R\$ 63.636,63, no valor de R\$ 63.636,63, atualizado até 28 de março de 2015, e desde então espera pelo pagamento. O segundo processo já tramitou em todas as instâncias de Justiça Federal e está aguardando a realização da pericia para apurar o valor do crédito do Autor, para então formar o precatório requisitado em face da União. Ocorre que, o espólio Requerente tem direito ao recebimento de 65% do valor integral de ambos precatórios. Requer então a declaração judicial necessária à habilitação do espólio Requerente junto aos tribunais onde se processam os precatórios, para que os autos sejam encaminhados para a execução dos valores devidos. Fica nos autos a necessidade de intervenção judicial, tendo em vista que há notícias de que a Requerida, através de seus sócios, está negociando os precatórios judiciais com o cidadão para inclusão do polo passivo do seguinte litigioso necessário, na medida em que, tendo obtido parte dos créditos do precatório discutido, também terá sua esfera jurídica afetada, requerendo a sua citação para ciência da presente e para que apresente defesa. A INDEB INDUSTRIA ELETRONICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com inscrição no CNPJ sob nº 17.217.658/0001-83, atualmente em lugar ignorado, para que tome ciência do inteiro teor da petição inicial, em que a Autor alega em síntese que: "O requerente já falecido e neste ato representado por seu viúvo, na qualidade de herdeira necessária e inventariante, juntamente com seu socio CELSO VIEIRA BATISTA, contraiu a dívida de empresa R\$ 63.636,63, com os demais co-Réus, na data de 05 de janeiro de 1993, pelas condições estabelecidas no contrato particular de compra e venda estabelecido entre as partes e que a parte integrante da petição inicial, o primeiro processo, obtive a formação do Precatório Requisição de valor de R\$ 63.636,63, no valor de R\$ 63.636,63, atualizado até 28 de março de 2015, e desde então espera pelo pagamento. O segundo processo já tramitou em todas as instâncias de Justiça Federal e está aguardando a realização da pericia para apurar o valor do crédito do Autor, para então formar o precatório requisitado em face da União. Ocorre que, o espólio Requerente tem direito ao recebimento de 65% do valor integral de ambos precatórios. Requer então a declaração judicial necessária à habilitação do espólio Requerente junto aos tribunais onde se processam os precatórios, para que os autos sejam encaminhados para a execução dos valores devidos. Fica nos autos a necessidade de intervenção judicial, tendo em vista que há notícias de que a Requerida, através de seus sócios, está negociando os precatórios judiciais com o cidadão para inclusão do polo passivo do seguinte litigioso necessário, na medida em que, tendo obtido parte dos créditos do precatório discutido, também terá sua esfera jurídica afetada, requerendo a sua citação para ciência da presente e para que apresente defesa. A INDEB INDUSTRIA ELETRONICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com inscrição no CNPJ sob nº 17.217.658/0001-83, atualmente em lugar ignorado, para que tome ciência do inteiro teor da petição inicial, em que a Autor alega em síntese que: "O requerente já falecido e neste ato representado por seu viúvo, na qualidade de herdeira necessária e inventariante, juntamente com seu socio CELSO VIEIRA BATISTA, contraiu a dívida de empresa R\$ 63.636,63, com os demais co-Réus, na data de 05 de janeiro de 1993, pelas condições estabelecidas no contrato particular de compra e venda estabelecido entre as partes e que a parte integrante da petição inicial, o primeiro processo, obtive a formação do Precatório Requisição de valor de R\$ 63.636,63, no valor de R\$ 63.636,63, atualizado até 28 de março de 2015, e desde então espera pelo pagamento. O segundo processo já tramitou em todas as instâncias de Justiça Federal e está aguardando a realização da pericia para apurar o valor do crédito do Autor, para então formar o precatório requisitado em face da União. Ocorre que, o espólio Requerente tem direito ao recebimento de 65% do valor integral de ambos precatórios. Requer então a declaração judicial necessária à habilitação do espólio Requerente junto aos tribunais onde se processam os precatórios, para que os autos sejam encaminhados para a execução dos valores devidos. Fica nos autos a necessidade de intervenção judicial, tendo em vista que há notícias de que a Requerida, através de seus sócios, está negociando os precatórios judiciais com o cidadão para inclusão do polo passivo do seguinte litigioso necessário, na medida em que, tendo obtido parte dos créditos do precatório discutido, também terá sua esfera jurídica afetada, requerendo a sua citação para ciência da presente e para que apresente defesa. A INDEB INDUSTRIA ELETRONICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com inscrição no CNPJ sob nº 17.217.658/0001-83, atualmente em lugar ignorado, para que tome ciência do inteiro teor da petição inicial, em que a Autor alega em síntese que: "O requerente já falecido e neste ato representado por seu viúvo, na qualidade de herdeira necessária e inventariante, juntamente com seu socio CELSO VIEIRA BATISTA, contraiu a dívida de empresa R\$ 63.636,63, com os demais co-Réus, na data de 05 de janeiro de 1993, pelas condições estabelecidas no contrato particular de compra e venda estabelecido entre as partes e que a parte integrante da petição inicial, o primeiro processo, obtive a formação do Precatório Requisição de valor de R\$ 63.636,63, no valor de R\$ 63.636,63, atualizado até 28 de março de 2015, e desde então espera pelo pagamento. O segundo processo já tramitou em todas as instâncias de Justiça Federal e está aguardando a realização da pericia para apurar o valor do crédito do Autor, para então formar o precatório requisitado em face da União. Ocorre que, o espólio Requerente tem direito ao recebimento de 65% do valor integral de ambos precatórios. Requer então a declaração judicial necessária à habilitação do espólio Requerente junto aos tribunais onde se processam os precatórios, para que os autos sejam encaminhados para a execução dos valores devidos. Fica nos autos a necessidade de intervenção judicial, tendo em vista que há notícias de que a Requerida, através de seus sócios, está negociando os precatórios judiciais com o cidadão para inclusão do polo passivo do seguinte litigioso necessário, na medida em que, tendo obtido parte dos créditos do precatório discutido, também terá sua esfera jurídica afetada, requerendo a sua citação para ciência da presente e para que apresente defesa. A INDEB INDUSTRIA ELETRONICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com inscrição no CNPJ sob nº 17.217.658/0001-83, atualmente em lugar ignorado, para que tome ciência do inteiro teor da petição inicial, em que a Autor alega em síntese que: "O requerente já falecido e neste ato representado por seu viúvo, na qualidade de herdeira necessária e inventariante, juntamente com seu socio CELSO VIEIRA BATISTA, contraiu a dívida de empresa R\$ 63.636,63, com os demais co-Réus, na data de 05 de janeiro de 1993, pelas condições estabelecidas no contrato particular de compra e venda estabelecido entre as partes e que a parte integrante da petição inicial, o primeiro processo, obtive a formação do Precatório Requisição de valor de R\$ 63.636,63, no valor de R\$ 63.636,63, atualizado até 28 de março de 2015, e desde então espera pelo pagamento. O segundo processo já tramitou em todas as instâncias de Justiça Federal e está aguardando a realização da pericia para apurar o valor do crédito do Autor, para então formar o precatório requisitado em face da União. Ocorre que, o espólio Requerente tem direito ao recebimento de 65% do valor integral de ambos precatórios. Requer então a declaração judicial necessária à habilitação do espólio Requerente junto aos tribunais onde se processam os precatórios, para que os autos sejam encaminhados para a execução dos valores devidos. Fica nos autos a necessidade de intervenção judicial, tendo em vista que há notícias de que a Requerida, através de seus sócios, está negociando os precatórios judiciais com o cidadão para inclusão do polo passivo do seguinte litigioso necessário, na medida em que, tendo obtido parte dos créditos do precatório discutido, também terá sua esfera jurídica afetada, requerendo a sua citação para ciência da presente e para que apresente defesa. A INDEB INDUSTRIA ELETRONICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com inscrição no CNPJ sob nº 17.217.658/0001-83, atualmente em lugar ignorado, para que tome ciência do inteiro teor da petição inicial, em que a Autor alega em síntese que: "O requerente já falecido e neste ato representado por seu viúvo, na qualidade de herdeira necessária e inventariante, juntamente com seu socio CELSO VIEIRA BATISTA, contraiu a dívida de empresa R\$ 63.636,63, com os demais co-Réus, na data de 05 de janeiro de 1993, pelas condições estabelecidas no contrato particular de compra e venda estabelecido entre as partes e que a parte integrante da petição inicial, o primeiro processo, obtive a formação do Precatório Requisição de valor de R\$ 63.636,63, no valor de R\$ 63.636,63, atualizado até 28 de março de 2015, e desde então espera pelo pagamento. O segundo processo já tramitou em todas as instâncias de Justiça Federal e está aguardando a realização da pericia para apurar o valor do crédito do Autor, para então formar o precatório requisitado em face da União. Ocorre que, o espólio Requerente tem direito ao recebimento de 65% do valor integral de ambos precatórios. Requer então a declaração judicial necessária à habilitação do espólio Requerente junto aos tribunais onde se processam os precatórios, para que os autos sejam encaminhados para a execução dos valores devidos. Fica nos autos a necessidade de intervenção judicial, tendo em vista que há notícias de que a Requerida, através de seus sócios, está negociando os precatórios judiciais com o cidadão para inclusão do polo passivo do seguinte litigioso necessário, na medida em que, tendo obtido parte dos créditos do precatório discutido, também terá sua esfera jurídica afetada, requerendo a sua citação para ciência da presente e para que apresente defesa. A INDEB INDUSTRIA ELETRONICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com inscrição no CNPJ sob nº 17.217.658/0001-83, atualmente em lugar ignorado, para que tome ciência do inteiro teor da petição inicial, em que a Autor alega em síntese que: "O requerente já falecido e neste ato representado por seu viúvo, na qualidade de herdeira necessária e inventariante, juntamente com seu socio CELSO VIEIRA BATISTA, contraiu a dívida de empresa R\$ 63.636,63, com os demais co-Réus, na data de 05 de janeiro de 1993, pelas condições estabelecidas no contrato particular de compra e venda estabelecido entre as partes e que a parte integrante da petição inicial, o primeiro processo, obtive a formação do Precatório Requisição de valor de R\$ 63.636,63, no valor de R\$ 63.636,63, atualizado até 28 de março de 2015, e desde então espera pelo pagamento. O segundo processo já tramitou em todas as instâncias de Justiça Federal e está aguardando a realização da pericia para apurar o valor do crédito do Autor, para então formar o precatório requisitado em face da União. Ocorre que, o espólio Requerente tem direito ao recebimento de 65% do valor integral de ambos precatórios. Requer então a declaração judicial necessária à habilitação do espólio Requerente junto aos tribunais onde se processam os precatórios, para que os autos sejam encaminhados para a execução dos valores devidos. Fica nos autos a necessidade de intervenção judicial, tendo em vista que há notícias de que a Requerida, através de seus sócios, está negociando os precatórios judiciais com o cidadão para inclusão do polo passivo do seguinte litigioso necessário, na medida em que, tendo obtido parte dos créditos do precatório discutido, também terá sua esfera jurídica afetada, requerendo a sua citação para ciência da presente e para que apresente defesa. A INDEB INDUSTRIA ELETRONICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com inscrição no CNPJ sob nº 17.217.658/0001-83, atualmente em lugar ignorado, para que tome ciência do inteiro teor da petição inicial, em que a Autor alega em síntese que: "O requerente já falecido e neste ato representado por seu viúvo, na qualidade de herdeira necessária e inventariante, juntamente com seu socio CELSO VIEIRA BATISTA, contraiu a dívida de empresa R\$ 63.636,63, com os demais co-Réus, na data de 05 de janeiro de 1993, pelas condições estabelecidas no contrato particular de compra e venda estabelecido entre as partes e que a parte integrante da petição inicial, o primeiro processo, obtive a formação do Precatório Requisição de valor de R\$ 63.636,63, no valor de R\$ 63.636,63, atualizado até 28 de março de 2015, e desde então espera pelo pagamento. O segundo processo já tramitou em todas as instâncias de Justiça Federal e está aguardando a realização da pericia para apurar o valor do crédito do Autor, para então formar o precatório requisitado em face da União. Ocorre que, o espólio Requerente tem direito ao recebimento de 65% do valor integral de ambos precatórios. Requer então a declaração judicial necessária à habilitação do espólio Requerente junto aos tribunais onde se processam os precatórios, para que os autos sejam encaminhados para a execução dos valores devidos. Fica nos autos a necessidade de intervenção judicial, tendo em vista que há notícias de que a Requerida, através de seus sócios, está negociando os precatórios judiciais com o cidadão para inclusão do polo passivo do seguinte litigioso necessário, na medida em que, tendo obtido parte dos créditos do precatório discutido, também terá sua esfera jurídica afetada, requerendo a sua citação para ciência da presente e para que apresente defesa. A INDEB INDUSTRIA ELETRONICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com inscrição no CNPJ sob nº 17.217.658/0001-83, atualmente em lugar ignorado, para que tome ciência do inteiro teor da petição inicial, em que a Autor alega em síntese que: "O requerente já falecido e neste ato representado por seu viúvo, na qualidade de herdeira necessária e inventariante, juntamente com seu socio CELSO VIEIRA BATISTA, contraiu a dívida de empresa R\$ 63.636,63, com os demais co-Réus, na data de 0